



# MULHERES NEGRAS E MATERNIDADE NA UNIVERSIDADE: UM ESTUDO DE CASO

Ana Karla de Jesus Rodrigues [\*]

Cândida Beatriz Alves [\*\*]

[\*] Licenciada em Letras - Português pelo  
Instituto Federal de Brasília (IFB).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3190-7062>

E-mail: [anadejesus1812@gmail.com](mailto:anadejesus1812@gmail.com)

[\*\*] Doutora em Psicologia pela Universidade  
de Brasília (UnB). Professora do Instituto  
Federal de Brasília (IFB).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7318-5398>

E-mail: [candida.alves@ifb.edu.br](mailto:candida.alves@ifb.edu.br)

## RESUMO

O presente trabalho tem como foco contribuir com reflexões sobre como a maternidade atravessa a vida de uma mulher negra, e como isso reverbera na vida da mãe estudante. O ingresso no ensino superior representa aos jovens um marco do início da vida adulta, mas como essa etapa é vivenciada por uma mulher, após a chegada dos filhos? Apresentamos, aqui, a trajetória de vida de uma mulher negra e mãe, com foco em como suas percepções de maternidade foram construídas em sua infância, como ela vivencia a maternidade e como é ingressar e permanecer no ensino superior nesse contexto. O objetivo geral desta pesquisa é compreender como posicionamentos em relação à maternidade perpassam a trajetória de vida de uma mulher negra, mãe e estudante e se refletem em sua trajetória acadêmica e vivências pessoais. A análise dos resultados foi feita em busca dos significados construídos pela participante ao longo de sua trajetória e que surgiram através da narrativa da entrevistada. Por fim, foi possível observar que os espaços acadêmicos não foram pensados para pessoas negras, mães e crianças.

**Palavras-chave:** Gênero. Maternidade. Universidade.



## INTRODUÇÃO

A historicidade que permeia o gênero, ou seja, toda sua construção marcada por conformações sociais, influencia a maneira como cada mulher experiencia etapas – vividas e não vividas – de sua existência. Uma dessas etapas, constituinte do modelo de feminilidade na sociedade patriarcal e capitalista, é a maternidade, que, quando não vivida, não deixa de ser exigida. A maternidade enquanto instituição (RICH, 1995, O'REILLY, 2016) leva a que mulheres sejam compelidas à função reprodutiva e de cuidados, materializadas na figura romantizada da mãe. Esse tema vem ganhando atenção da academia e um dos desdobramentos é a tentativa de se ampliarem os estudos de gênero, em geral, e os estudos feministas, em particular, para se considerar as especificidades das experiências maternas (O'REILLY, 2016; VÁZQUEZ, 2014). Tais especificidades levam, inclusive, à premência de se pensar essa dimensão quando falamos em interseccionalidade, entendendo que a maternidade, ainda que relacionada a questões de gênero, singulariza as mães dentro do conjunto das mulheres (O'REILLY, 2014).

É, portanto, a partir de uma perspectiva interseccional (RIBEIRO, 2016; AKOTIRENE, 2018), que esta pesquisa se debruça sobre o estudo de caso de uma mãe universitária – mulher negra, pobre, na faixa dos 30 anos, mãe de cinco crianças – que experiencia, simultaneamente, os incômodos suscitados por sua presença e a invisibilização de suas singularidades no espaço acadêmico. Busca-se colocar em evidência como a opressão que as mães – e, sobretudo, as mães negras – sofrem no espaço acadêmico explicita as desvantagens históricas marcadas pelo gênero, pela racialização e pela condição de mães.

Nesse contexto, a pergunta que guiou este trabalho foi: como a vivência da maternidade perpassa a trajetória de vida de uma mãe negra universitária? Interessou-nos compreender a construção de posicionamentos e concepções de maternidade por parte da participante – concepções essas permeadas por significados compartilhados socialmente – e como essas influenciam e são influenciadas pela vivência concreta dessa mulher enquanto universitária. A intenção do estudo de caso, muito mais do que se ater à compreensão de um único sujeito, é abrir caminhos para estudar um fenômeno social.

Para isso, trataremos, inicialmente, das transformações da maternidade ao longo da história; em seguida, abordaremos as vivências de maternidade na atualidade, com ênfase nos processos de romantização e opressão associados a ela, e discorreremos sobre a invisibilização das mães estudantes e os conflitos decorrentes do encontro entre maternidade e educação. Após a apresentação do percurso metodológico adotado neste trabalho, trataremos os



resultados alcançados, que permitiram evidenciar posicionamentos e significados que permeiam a vivência da entrevistada. Esses resultados possibilitam que vislumbremos a realidade de outras mulheres mães, negras e universitárias, uma vez que explicitam uma rede simbólica que dá forma a estruturas sociais opressoras.

## **TRANSFORMAÇÕES DA MATERNIDADE**

A análise da luta das mulheres mostra como a figura feminina foi sendo ligada à ideia de família e como a organização desta tem mudado no decorrer do tempo. Até o século XVII, a visão romântica da maternidade ainda não era uma realidade. Ao contrário do que ocorre atualmente, as crianças não eram prioridade nos cuidados e, conseqüentemente, isso não recaía sobre as mães, pois, se as mulheres eram vistas por uma ótica de inferioridade, as crianças ocupavam um lugar de ainda mais descaso (ARIÈS, 1986).

Desde os séculos XII e XIII, a Igreja condena vigorosamente o abandono dos filhos, o aborto e o infanticídio. Por sua vez, o Estado tomou medidas coercivas. Mas ante o mal irreprimível e a miséria da maioria, compreendeu-se que seria melhor se adaptar à necessidade e tolerar o abandono, para limitar o infanticídio. Foi nesse espírito que se criaram, no século XVII, as primeiras casas para o acolhimento de crianças abandonadas (BADINTER, 1985, p. 43).

Elisabeth Badinter, em seu já clássico livro *Um amor conquistado: o mito do amor materno* (1985), se vale da figura das amas de leite na França nos séculos XVI a XVIII, a fim de apontar para o amor e para a dedicação materna à criança como fenômenos eventuais ou ausentes. Essas mulheres recebiam crianças em suas moradias ou mesmo passavam a residir durante o tempo de serviço na casa de seus contratantes e tinham a função não só de alimentar, mas também de cuidar dessas crianças nos primeiros anos de vida. Era comum que aquelas que recebiam crianças em casa se ocupassem de dezenas delas de uma só vez, o que, associado às doenças sem tratamento à época, ocasionava a morte de várias. No Brasil, esse fenômeno é simbolizado pela figura da mãe preta, mulheres negras escravizadas que muitas vezes ocupavam simultaneamente as funções de amas de leite, mucamas e objetos sexuais de seus proprietários brancos, conforme destaca Lélia Gonzalez (1983).

No Ocidente, nem as mulheres, tampouco as crianças compunham lugares de destaque social ou eram vistas como merecedoras de zelo antes do século XVIII. Nesse sentido, o amor como um vínculo afetivo não estruturava a relação de mães e filhos, ou seja, poderia estar presente, mas não era parte necessária dos vínculos familiares no geral e da maternidade em particular, o que, conforme veremos, se transformou a partir de meados do século XVIII.



Atentemos para a ausência do amor como valor familiar e social no período de nossa história que antecede a metade do século XVIII. Não se trata, porém, de negar a existência do amor antes de determinada época, o que seria absurdo. Mas é preciso admitir que esse sentimento não tinha a posição nem a importância que hoje lhe são conferidas (BADINTER, 1985, p. 50).

Para ampliarmos a reflexão sobre o amor como afeto naturalizado e exigido das mães, recorremos à pensadora bell hooks (2010), que aborda a temática do amor a partir de uma perspectiva racial. Segundo hooks, as pessoas negras, ao serem submetidas ao processo de escravização, não conseguiam manter vínculos ou tinham esses vínculos afetivos/em família dificultados por serem vendidas e separadas umas das outras ao bel prazer de seus proprietários, além de aprenderem desde muito cedo que reprimir os sentimentos era sinônimo de força. Crianças eram arrancadas dos braços das mães para serem comercializadas e algumas eram inclusive mortas por suas próprias progenitoras que não queriam vê-las submetidas às violências da escravidão, o que é também ressaltado por Angela Davis, em seu livro *Política, Raça e Classe* (DAVIS, 2016).

Não se deve depreender daí que não houvesse vínculos afetivos ou que eles não tenham sido essenciais na luta e na resistência do povo negro à escravidão. Entretanto, esses vínculos se construía muito mais em termos comunitários do que nas relações de uma família nuclear aos moldes ocidentais. Nesse sentido, é essencial destacarmos o amor materno idealizado como uma construção ocidental e econômica, o que reforça a necessidade de desnaturalização desse sentimento (FEDERICI, 2017; 2019).

Para compreendermos as transformações nas concepções acerca das mulheres, da infância e da família, é imprescindível remeter ao desenvolvimento e consolidação do capitalismo e sua necessidade de mão de obra disponível para exploração. Nesse contexto, as mulheres são cada vez mais reduzidas ao lugar de procriação e cuidados, o que representava um grande ganho ao capital, uma vez que garantia uma mão de obra não remunerada dedicada à reprodução social. Conjuntamente a essas necessidades de cunho econômico, é construída a ideologia – na concepção marxiana (CHAUÍ, 2017) –, amparada por valores religiosos e patriarcais, segundo a qual as mulheres estariam naturalmente destinadas à obediência e à submissão aos homens, e seu valor na sociedade estaria restrito à criação e educação de futuros cidadãos trabalhadores (ZANELLO, 2017; FEDERICI, 2019).

Assim, o amor se torna, ao mesmo tempo, uma obrigação e uma ferramenta de opressão, para que as mulheres ocupassem o lugar que era a elas destinado pela sociedade capitalista emergente. O matrimônio deixa de ter evidenciado o seu caráter de negociação



econômica e passa a ser uma instituição tida socialmente como motivada e construída em torno do vínculo afetivo (FEDERICI, 2019). No que diz respeito à criança, o movimento da sociedade no sentido de concebê-la como um ser de direitos e que deveria ser cuidada contribui para mudar a posição que as mulheres ocupavam anteriormente. Agora, elas passam a responder às cobranças sociais a partir do papel que lhes é atribuído de mantenedoras afetivas e cuidadoras da instituição familiar (ARIÈS, 1986; BADINTER, 1985).

É importante ressaltar as diferenças, estabelecidas historicamente, entre a situação das mulheres brancas e as mulheres negras ao longo dos séculos. Enquanto as mulheres brancas são tidas quase exclusivamente como cuidadoras de seus filhos e responsáveis por tudo que permeia a vida da criança, as mulheres negras, além de serem responsáveis pelo cuidado das crianças – as próprias e as dos seus senhores –, lutavam contra a condição de escravidão (DAVIS, 2016).

O resgate desse processo histórico evidencia como, até o século XVIII, nem as crianças nem as mulheres tinham direitos mínimos reconhecidos, ou seja, eram invisibilizadas na estrutura social, o que, para as mulheres negras, ganha contornos ainda mais dramáticos. A partir principalmente das mudanças econômicas e sociais decorrentes do capitalismo, as crianças adquirem uma importância enquanto futura mão de obra, ao passo que as mulheres são progressivamente presas no âmbito doméstico na figura de mães e educadoras de seus próprios filhos. A análise histórica nos permite entrever, além disso, que o amor, sentimento mobilizado como mecanismo de opressão, não necessariamente existia nas relações mãe e filho. Para as comunidades negras, toda forma de vínculos familiares era dificultada e as mulheres precisavam reprimir seus sentimentos como método para se manterem vivas (HOOKS, 2010). Para as mulheres negras, e também indígenas, vistas “como instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho (...), o mito da maternidade não se estendia” (DAVIS, 2016, p. 20).

### **Romantização e opressão vivenciadas na maternidade**

A perspectiva interseccional nos alerta, portanto, para o fato de que estudos sobre a maternidade devem ser atravessados por um olhar tanto a questões de gênero, quanto de raça e classe social. Não obstante, nos valem igualmente da defesa de um feminismo matricêntrico, uma vez que, frequentemente, estudos de gênero, mesmo quando sensíveis à dimensão racial, ignoram ou até mesmo rechaçam a realidade das mulheres mães, pois associam a maternidade à opressão feminina pelo patriarcado (O'REILLY, 2014; 2016;



VAZQUEZ, 2014).

Opressões ligadas ao gênero estão presentes na vida de qualquer pessoa desde a infância. O primeiro momento em que isso fica evidente é quando a criança nasce e tem sua identidade atrelada a um sexo biológico. Tal marcação logo se desdobra em brincadeiras e brinquedos, costumeiramente diferenciados entre meninas e meninos. As brincadeiras representam em grande medida os costumes da sociedade nas quais as crianças estão inseridas e, assim, vão se construindo percepções de feminilidade e masculinidade que conformam subjetividades e identidades (SAIÃO, 2003; LOURO, 2004).

Meninos e meninas são socializados de maneiras distintas, de modo que, enquanto os meninos podem ser e exercer o que é entendido por masculinidade, as mulheres desde pequenas são moldadas ao ideal de subalternidade. As meninas são ensinadas a ser pacíficas e, de acordo com uma análise ainda atual de Simone de Beauvoir (2014), vivem uma relação ambivalente com suas mães, pois essas, apesar de oprimidas, inconscientemente transmitem àquelas o mesmo destino.

Nesse sentido, percebe-se que homens e mulheres crescem moldados a determinações e padrões de gênero referentes ao seu contexto social. Entretanto, as mulheres sofrem ainda mais limitações, por receberem, desde a infância, determinações sobre o lugar que devem ocupar – notadamente direcionadas para a maternidade enquanto instituição patriarcal (RICH, 1995). Federici (2019) explica que estruturas patriarcais e capitalistas moldam o comportamento das mulheres e essas estão tão naturalizadas que as levam a experienciar um sentimento de adequação por estar nesse lugar de gestar e cuidar do ambiente doméstico. Quando a mulher não corresponde a esse papel pré-estabelecido, é comum que sinta culpa e assuma isso como falha (PEREIRA; ANDRADE, 2018).

Romantizar a maternidade e torná-la uma imposição às mulheres, com o argumento de que todas nascem com a capacidade de gerar e criar uma criança – como se se tratasse de uma determinação biológica –, são algumas das condicionantes sociais que reforçam a imagem de “super mães”, que atribui heroísmo a um trabalho árduo e em tempo integral. Superação, atenção a detalhes, capacidade de dar conta de tudo integram a noção compartilhada socialmente segundo a qual a mulher seria a única responsável pelos cuidados dos filhos e da casa (HALASI, 2018).

Um conceito que nos auxilia a compreender esse fenômeno é o de divisão sexual do trabalho. De fato, recai sobre a mulher não só a gestação e o parto, mas também outras atribuições como a responsabilidade sobre a alimentação, saúde e educação de todos da casa,



além da limpeza e outras tarefas inerentes ao espaço doméstico. Algumas definições mais amplas abarcam ainda todo o cuidado e manutenção das relações sociais que envolvem os núcleos familiares componentes da sociedade (HIRATA; KERGOAT, 2007).

A centralização desse trabalho sobre as mulheres implica uma sobrecarga que gera impacto físico e mental (ZANELLO, 2017). Dessa forma, descentralizar as mulheres como cuidadoras seria colocá-las em pé de igualdade nas relações de gênero. Nesse sentido, devemos entender que a maternidade é uma função social, diante de tudo que o trabalho doméstico e os cuidados com os filhos representam economicamente (MELO; CONSIDERA; SABBATO, 2007; FEDERICI, 2019).

Além da análise de gênero, é importante considerarmos também as dimensões racial e de classe, uma vez que, conforme nos esclarece a perspectiva interseccional, essas são facetas inseparáveis na sociedade. Todas as mulheres sofrem opressão de gênero devido às estruturas patriarcais e capitalistas da sociedade, contudo as mulheres negras e as pobres foram historicamente confrontadas com a necessidade de trabalhar de forma remunerada, o que nem sempre foi verdade para aquelas que compunham a classe burguesa. Ângela Davis (2016) traz essa reflexão de forma bem direta, como podemos ver a seguir:

Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras (DAVIS, 2016, p. 17).

As mulheres negras, nesse lugar de preterimento e até mesmo de objeto sexual (DAVIS, 2016), quando se encontram frente à obrigação social de formar uma família, esbarram na solidão, tendo que assumir a responsabilidade de cuidado e manutenção financeira por completo da casa e dos filhos. Assim, para falar sobre um núcleo familiar de pessoas negras, é necessário compreender os contextos que permearam a vida e a trajetória dessas pessoas (SOUZA, 2019).

A ideia moderna de amor materno se revela, portanto, como um mecanismo de controle. As mulheres, ao se dedicar aos cuidados dos filhos e da família, oferecem uma força de trabalho que é internalizada por elas como uma obrigação por terem assumido o compromisso de matinar e ser esposa. É importante frisar que, ao desempenhar esse papel, as mulheres assumem, no espaço doméstico, funções como a de babá, faxineira, cozinheira etc, o que, no orçamento, representa um dinheiro poupado, por não ser destinado a elas ou



mesmo a profissionais que poderiam desempenhar esse trabalho (MELO; CONSIDERA; SABBATO, 2007). Logo, ao condicionar as mulheres a esse “amor”, concretiza-se a sua subalternização pela sociedade. Até mesmo o trabalho que elas desenvolvem dentro do espaço doméstico é invisibilizado, o que é sintetizado na célebre frase de Silvia Federici (2019, p. 40): “Eles dizem que é amor. Nós dizemos que é trabalho não remunerado”.

Scavone (2001) contextualiza as mudanças da maternidade e da família, explicando que fazer parte das estruturas que alicerçam a sociedade não diz respeito apenas a um desejo individual, mas a um projeto econômico maior. Nesse sentido, a culpa materna funciona na sociedade como mais um mecanismo de opressão feminina, resultado da sobrecarga advinda do excesso de funções que as mulheres desempenham, seguindo o ideal de “mulher maravilha”, como diz Halasi (2018):

A mulher contemporânea embalsamada na culpa, na constante batalha da dupla e, às vezes, até tripla jornada de trabalho cobra-se cada vez mais algo que beira a perfeição. Surpreendentemente, a mulher maravilha dos quadrinhos ronda a cabeça e ideologia de cada mulher, o que remete à reflexão (...) de que a mulher de hoje deve ser boa em tudo, preferencialmente, magra, de cabelos lisos, arrumada, com a casa permanentemente em ordem, tudo isso sem abrir mão de casamento, filhos e uma profissão (HALASI, 2018, p. 64).

Assim se configura a opressão materna, na medida em que “é em função das necessidades e dos valores dominantes de uma dada sociedade que se determinam os papéis respectivos do pai, da mãe e do filho” (BADINTER, 1985, p. 26). As mulheres ficam ligadas a esses papéis e a sua vinculação ao espaço doméstico dificulta que ocupem livremente o espaço público. Quando ocupam o espaço público, como o fazem mulheres negras historicamente, ficam presas a atribuições ligadas aos trabalhos procriativos e de cuidados (TARDIN; BARBOSA; LEAL, 2015). Ocupar esse lugar de cuidado dificulta, ainda, o acesso das mulheres ao espaço acadêmico (SOUZA, 2019), o que aprofundaremos no tópico a seguir.

## **CONFLITOS ENTRE MATERNIDADE E EDUCAÇÃO: INVISIBILIZAÇÃO DAS MÃES ESTUDANTES**

Quando se trata da chegada dos filhos, é naturalizado que a responsabilidade desses será atribuída quase integralmente às mães e que isso afetará consideravelmente a realidade dessas mulheres. Sendo a principal cuidadora de um infante, a tendência é que as decisões e responsabilidades da mãe sejam cobradas para estarem majoritariamente baseadas nas necessidades de seus filhos (RICH, 1995). As dificuldades para manter uma vida profissional concomitante à maternagem – sabendo da disparidade de salários entre gêneros e que uma



mulher mãe dificilmente será a preferida a ocupar uma vaga de emprego – traçam obstáculos consideráveis para a construção da carreira das mulheres mães (O'REILLY, 2014; 2016; GALVÃO, 2020).

Ao refletirmos sobre os desafios que as mães passam para poder construir uma carreira que garanta uma estabilidade financeira, esbarramos também nas mães estudantes. Estudar sendo mãe, principalmente se essa mulher pertence a uma classe social menos favorecida, pode ser certamente visto como um desafio. As mães que decidem estudar – ou aquelas mulheres que se tornam mães durante o curso – sofrem com a falta de apoio para elas e seus filhos e a falta de políticas institucionais de acolhimento às crianças (NUNES; SILVA, 2020). Frequentemente, são colocadas em situação de igualdade com outros estudantes que não enfrentam as mesmas dificuldades decorrentes da necessidade de conciliar os estudos com as obrigações que são impostas às mulheres mães (LIDIA, 2020).

O que se observa é que a condição para que as mães sejam aceitas no ambiente acadêmico é que seus filhos não apareçam e não incomodem, o que acarreta uma invisibilização das crianças e de sua condição de mães. Eles podem até existir, mas não naquele espaço. Se a mãe precisa levar o seu filho para a sala de aula e ele incomoda, observa-se um desconforto que leva essa mulher a sentir que precisa se retirar. Disso decorre a conclusão de que, onde não cabe o filho, não cabe a mãe, o que implica não apenas sofrimento psíquico, mas uma exclusão social concreta. Infelizmente os espaços sociais não são pensados para as mães e nem mesmo para as crianças, e no ambiente acadêmico não é diferente (LIDIA, 2020).

Desse modo, faz-se imprescindível a concessão de auxílios financeiros para que as mães consigam se manter no curso, bem como a flexibilização de prazos e avaliações por parte dos docentes. O rigor de prazos e avaliações muitas vezes não levam em consideração as particularidades da situação das mães. Outro ponto é a dificuldade em participar de programas de iniciação científica, intercâmbios ou eventos científicos que envolvam deslocamentos.

O que se revela na universidade são exclusões que já são vivenciadas por mães fora desse espaço, sobretudo as negras (SOUZA, 2019). Quais são os lugares que essas mulheres ocupam antes do ingresso no ensino superior? Ao se tornar uma graduanda, uma mulher negra passa por cima de um lugar que foi negado há muito tempo para a população negra, como Henriques (2016) contextualiza a seguir:

A educação superior, que fora historicamente negada para a população negra, em especial para as trabalhadoras domésticas negras, passou a ser um horizonte de luta



das mulheres negras, principalmente da juventude negra que assistiu à geração anterior, a de seus pais, ter o direito à educação superior negado pelo poder público e pelas elites brasileiras (HENRIQUES, 2016, p. 3).

Analisar a situação das mulheres mães negras na universidade requer um olhar interseccional de análise, para compreender o que tange às dimensões de gênero, raça e classe social – com a atenção para as singularidades das mulheres mães – e como essas foram instrumentalizadas para a manutenção de estruturas opressoras. Observa-se que as marcas que a escravidão deixou no país não foram apagadas, e a educação como direito foi, por muito tempo, privilégio exclusivo das pessoas brancas, o que vem sendo combatido, não sem enfrentar inúmeros obstáculos, por políticas públicas como a de cotas raciais nas universidades (SANTOS; MOREIRA, 2019).

Passamos então para a apresentação do método utilizado nesta pesquisa, que teve por objetivo geral compreender como posicionamentos em relação à maternidade perpassam a trajetória de vida de uma mulher negra, mãe e estudante e se refletem em sua trajetória acadêmica e vivências pessoais.

## **MÉTODO**

O procedimento metodológico utilizado nesta pesquisa foi o de um estudo de caso qualitativo, que se justifica pela intenção de compreender com profundidade a vivência de uma mulher, com foco nos posicionamentos e concepções de maternidade que essa construiu ao longo da vida e como essas são vivenciadas por ela. Segundo Gil (2007, p. 73), “o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamento considerados”. Tendo em vista que o estudo de caso é feito sobre uma realidade específica, os resultados obtidos não visam à generalização. De todo modo, esses resultados podem servir de sugestão ou indiciar uma temática pertinente a ser estudada, lançando luz sobre caminhos de entendimento acerca de um fenômeno (REIS, 2008).

A entrevistada, que recebeu o nome fictício de Luara, é uma mulher que se identificou como negra, tem 35 anos, é casada, tem cinco filhos (3 meninas e 2 meninos, com idades entre 6 e 18 anos no momento da entrevista) e é estudante de um curso superior de uma instituição pública do Distrito Federal. No momento da entrevista, não desempenhava nenhuma função remunerada. Luara foi selecionada a partir de uma rede de contatos pessoais, em que se buscou alguém que correspondesse ao perfil de ser mãe e estudante, engajada em



projetos institucionais de apoio a mães estudantes, e que manifestasse interesse em participar da pesquisa. A partir disso, foi estabelecido contato para a realização da entrevista, assim como o envio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

A entrevista foi semiestruturada, com o apoio de um roteiro previamente montado para guiá-la. A entrevista semiestruturada permite que, com os objetivos pré-estabelecidos, conduza-se o momento para que estes sejam alcançados. Em nosso caso, a intenção era permitir que a entrevistada falasse livremente sobre sua experiência e perguntas adicionais eram feitas para compreender mais a fundo suas vivências.

Para que fosse possível a realização da entrevista, foi usada a plataforma *Google Meet*. A entrevista teve duração de 2h35 minutos e foi integralmente transcrita. Em seguida, realizou-se uma análise interpretativa da narrativa da participante tendo em vista os pressupostos metodológicos apontados, a perspectiva teórica adotada, bem como o objetivo proposto neste trabalho. De acordo com Gil (2007, p. 178), “o que se procura na interpretação é a obtenção de um sentido mais amplo para os dados analisados, o que se faz mediante sua ligação com conhecimentos disponíveis, derivados principalmente de teorias”. Assim, a partir de uma leitura intensiva da entrevista transcrita, buscou-se encontrar posicionamentos centrais em torno dos quais se organizava a narrativa de Luara.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A análise interpretativa da entrevista permitiu identificar posicionamentos centrais construídos por Luara, em torno dos quais estrutura-se sua vivência da maternidade.

### **Construção de concepções de maternidade**

Durante muito tempo, Luara atribuía à maternidade o caráter de uma realização a todas as mulheres, idealização que completava a construção de uma família. De acordo com o seu relato, ela construiu sozinha a ideia de maternidade em que se enquadra atualmente. Conta que os pais se separaram cedo e, por ter ficado sob a responsabilidade do pai, não conseguiu criar uma referência de maternidade. A estudante diz que, quando criança, não via como um problema a violência contra a mulher – sofrida sistematicamente pela mãe –, o que a levou a atribuir à sua mãe um desamor por não se submeter a um casamento e ter se separado.

Mesmo sem a presença da mãe, construções referentes às funções que as mães devem exercer são bem explícitas nas falas de Luara. Por exemplo, ela fala, referindo-se à sua própria situação na infância, que, tradicionalmente, é esperado que as mães fiquem com a



guarda das crianças. Observa-se aí a influência de uma organização social patriarcal, que embasa a maternidade enquanto instituição (BADINTER, 1985; RICH, 1995). O posicionamento da entrevistada diante da ação da mãe de ter deixado a ela e aos irmãos com o pai conduz ao questionamento e à reflexão acerca da razão pela qual o abandono paterno é usualmente naturalizado, ao passo que a mãe, quando o faz, causa tanto estranhamento e reprovação.

Luara, ao falar da ausência da mãe de maneira tão dolorosa, opina que, mesmo sendo cuidada pelo pai, a figura materna ausente criou uma grande lacuna nas construções sociais referentes à família e à maternidade. Percebe-se aí a força da concepção do amor materno como um afeto espontâneo, natural e obrigatório, e não como a criação social e histórica que é (BADINTER, 1985; HOOKS, 2010). Esse posicionamento da entrevistada nos remete à percepção de que, mesmo que algumas mulheres rejeitem essa construção, trata-se de uma estrutura social internalizada.

Luara relata que teve de amadurecer precocemente, aos sete anos, pois precisou assumir responsabilidades no cuidado da irmã e da casa. Observa-se aqui que, desde a infância, o trabalho que envolve crianças pequenas e o ambiente doméstico já é colocado sob responsabilidade das mulheres e das meninas, a partir de uma divisão sexual do trabalho estabelecida na sociedade capitalista (HIRATA; KERGOAT, 2007).

Na adolescência, chegou a morar com a mãe por quatro anos, mas logo se casou, aos 16, e foi levada para longe da família. Luara conta que o casamento ocorreu muito rápido e que aconteceu após uma proposta dele para que ela saísse da casa da mãe, com quem ela tinha uma relação bastante conflituosa. O casamento funcionou como fuga da relação que Luara tinha com a mãe, e essa revela um posicionamento diante do casamento como um fato limitador na vida da mulher, dizendo que, se a mãe a apoiasse e mantivesse com ela uma relação saudável, o matrimônio não teria acontecido nessas circunstâncias e nem tão cedo. Aparece aqui novamente a culpabilização da mãe pelo que Luara sente como um abandono materno.

Sua vida passa, a partir daí, a estar concentrada no núcleo familiar. Como vamos observar a seguir, ao ser questionada quanto ao desejo de construir uma família com filhos, Luara apresenta isso como resultado de várias situações que atravessaram sua realidade, sendo o casamento o primeiro passo (RICH, 1995). Quanto ao desejo de ser mãe, relata que não queria: “achava que isso era meio fadado ao fracasso, falei: pra que mãe, olha o tipo de mãe? Então pra que ser mãe? Então eu tinha muito esse ensinamento que mãe tinha que dar conta



de tudo; que, a partir do momento que você quis gerar uma vida, você tem que dar conta de tudo” (Luara).

A romantização social da maternidade afetou o desejo de ter filhos, porque as mães tinham que dar conta de tudo (HALASI, 2018) e sua sensação era de que as coisas ficariam mais difíceis, o que veio a se concretizar. Luara diz que o comportamento das mães ao seu redor desencadeou o desejo de não ser mãe. Todavia, as mães que ela traz como referência tinham um comportamento não padrão, pois estas não demonstravam colocar os filhos como prioridade. Em sua percepção, essas mulheres estavam fazendo um movimento para romper com o ciclo de violência que vivenciavam, e que apenas atualmente ela era capaz de entender isso, pois compreendia, inclusive, a dificuldade financeira que uma mulher preta e pobre enfrentava para criar sozinha seus filhos (HENRIQUES, 2016).

Luara engravidou mesmo tomando pílulas anticoncepcionais. Em razão da gestação não planejada, relata que foi ao longo da gravidez que construiu o desejo de ser mãe. Assim, a virada no não desejo de ser mãe se deu quando ela se viu grávida, em que teve medo da mãe que estava prestes a se tornar e de não ter nada para oferecer para a criança. Luara, na gestação, já vivenciava a culpa materna e pedia muitas desculpas ao bebê, por não saber como ela conseguiria cuidar da criança.

É possível imaginar que assumir uma gestação que não foi motivada pela escolha exige ainda mais coragem do que quando essa escolha é consciente. A pessoa, ao se ver sem saída, pode ser levada a vestir-se de uma armadura para o enfrentamento das dificuldades. Para as mulheres, essa armadura é frequentemente a de “mulher maravilha” (HALASI, 2018), o que, conforme já dito, é uma imposição do capitalismo a fim de se apropriar de um trabalho não pago que representa ganhos econômicos (FEDERICI, 2019). Não se trata de um afeto transformador, pois a culpa aparece como instrumento de manipulação econômica.

Durante a entrevista, observa-se um posicionamento ambíguo da entrevistada: Luara relata, por vezes, a ausência do desejo de ser mãe; todavia, em alguns momentos, ela diz que queria ter três filhos. O que podemos observar nessas falas é que, apesar de ter tido vivências e consciência das dificuldades que a instituição maternidade causa na vida das mulheres, ela tinha, de alguma forma, internalizado o fato de ter filhos como parte necessária da trajetória da mulher, juntamente com o casamento (BADINTER, 1985; RICH, 1995).

### **Relações em família**

Luara diz não se sentir mais só depois da chegada dos filhos: relata que antes sentia



uma forte solidão e que os próprios filhos seriam a rede de apoio com que ela contava. Ela diz: “Eu sempre detestei ficar sozinha, então eu tinha na minha mente ter três filhos”. Nessa fala, além de explicitar a ameaça da solidão, que assola mulheres negras (SANTOS, 2020), é possível observar o quanto a maternidade ainda tem uma importância fundamental na formação da identidade da mulher, assim como na formação de um núcleo familiar tradicional (SCAVONE, 2001).

Em contraposição ao seu relato sobre essa felicidade e o “fim da sensação de solidão” com a chegada dos filhos, aparece também a solidão materna. A entrevistada relata um processo de anulação de identidade, em que os papéis/funções que ela desempenha se conflitam, de modo que ela não consegue perceber-se como mulher e nem se reconhece como a pessoa que era, embora após a maternidade tenha feito uma busca por se (re)descobrir (PEREIRA; ANDRADE, 2018).

Essa ambiguidade no posicionamento de Luara nos remete à reflexão de que a maternidade vai além de gerar filhos, trata-se da responsabilização quase que exclusiva dos cuidados por parte das mulheres: não existe pausa na criação dos filhos, sendo assim difícil conseguir se manter e se reconhecer como outra coisa senão mãe. Isso se justifica, por exemplo, pelo fato de a maternidade como elemento de composição da identidade da mulher ter sido imposta culturalmente, inclusive por ter sido limitada historicamente ao papel reprodutivo (RICH, 1995; SCAVONE, 2001).

Luara relata sua percepção de que as relações sociais/pessoais mudaram após o casamento e não após a maternidade. Com o matrimônio, viu-se isolada dentro de sua nova casa, uma vez que estava distante daqueles que antes compunham sua rede de convivência, além de enfrentar situações de controle por parte do cônjuge. Isso levou-a a experimentar um profundo sentimento de tristeza, que nomeia como depressão. Segundo a entrevistada, com a chegada dos filhos, já enfrentava questões de afastamento que fizeram com que ela não experimentasse isso novamente. Assim que os filhos vieram, ela se viu diante de uma situação desafiadora. Ao encará-la, decidiu matinar sempre focada em romper ciclos opressores. Então, ela decide que não irá separar seus filhos pelas brincadeiras e muito menos tratará o menino com privilégios, buscando assim evitar a imposição dos papéis de gênero de modo rígido desde cedo (SAIÃO, 2003).

Luara afirma que meninas e meninos possuem obrigações iguais em casa, e as atividades domésticas, que, como vimos, são usualmente destinadas a mulheres, são igualmente repartidas, de modo que também os meninos são ensinados a cuidar do espaço.



Com relação a ela, resolve quebrar os ciclos opressores por meio do ingresso na universidade, pois imagina que, ao se profissionalizar, será possível conseguir um emprego que dará subsídios financeiros para arcar com as despesas da família e, assim, se libertar do controle do cônjuge.

Em sua entrevista, destaca que o casamento foi a etapa mais decisiva e uma das que mais abalou sua vida. Logo, seu esforço é para favorecer meios para que suas filhas não precisem submeter-se a situações que as coloquem a viver sob a opressão, principalmente, do casamento. Dentro de seu núcleo familiar, ela é responsável pelos cuidados da casa e filhos. Encontra em seus filhos a rede de apoio que precisa para conseguir estudar, por exemplo. Seus filhos mais jovens recebem cuidados por parte dos mais velhos.

Luara afirma que, frequentemente, pensa que suas filhas deveriam nascer primeiro, porque, se fosse o garoto o mais velho, ele poderia mandar nas meninas. Isso nos remete ao que Beauvoir (2014) aborda sobre a diferença na relação com filhas e filhos, quando diz que, com a menina, a mãe tem a tendência de moldar o comportamento de modo que seja aceitável na sociedade, enquanto os meninos não são tratados com mesmo rigor. Essa fala da entrevistada revela uma quebra de padrão dos papéis de gênero, já que Luara entendia que a hierarquia masculina poderia prejudicar a relação dos irmãos e fazer do lar mais um lugar em que a opressão masculina poderia recair sobre suas filhas.

### **Trajetória acadêmica**

O percurso acadêmico da entrevistada foi um desafio, pois a oportunidade de ingresso na universidade veio após o nascimento dos filhos. Conciliar a rotina com a graduação já colocava vários limites no que ela deveria priorizar. Já no espaço acadêmico, a ausência de representatividade causava uma enorme sensação de não pertencimento. Ademais, Luara faz o julgamento de que, além de a maternidade a colocar em disparidade com relação aos colegas, a sua negritude se configurava como mais um elemento que se somava às dificuldades em sua trajetória (HENRIQUES, 2016; SOUZA, 2018).

A estudante relata descaso por parte da instituição, diz que não se sentiu acolhida, que as suas individualidades e dificuldades não foram percebidas e, em decorrência disso, ela sentiu uma profunda solidão e sensação de não pertencimento, o que provocou um desânimo a ponto de trancar o curso. Apesar da ausência de políticas públicas voltadas para a singularidade da vivência materna negra, é na figura de uma profissional de serviço social que Luara encontra o acolhimento necessário para que ela não desistisse de continuar o curso.



Quando alguém ingressa no ensino superior, deve conseguir se dedicar à formação e a instituição deve disponibilizar assistência suficiente para que a permanência seja garantida. Quando a discente é uma mulher mãe, o principal conflito é conseguir ser estudante e cumprir com as funções que a maternidade implica. Com isso, a mulher lida com uma sobrecarga ainda maior na tentativa de conciliar funções e até mesmo se assemelhar aos demais que não têm essa realidade (LIDIA, 2020; NUNES; SILVA, 2020).

Ao ser questionada sobre como se sentia enquanto uma mãe estudante, Luara se emociona e revela os sentimentos de sobrecarga e de invisibilização da maternidade na academia, que se refletem em suas percepções e realidade, como podemos ver, a seguir, no excerto da entrevista: “É um processo muito doloroso. Porque você é três pessoas. Você é a Luara, a mãe e a estudante. (...) Porque você é mãe, mas você tem que ter escolha na sua vida, ou você é mãe ou você é estudante, os dois você tá... tá ousando demais na sua vida querer ser os dois” (Luara).

Quando provocada acerca de como enxerga as demais mães estudantes, ela diz que admira, mas deseja força, pois sabe que é árduo o caminho. Todo o trabalho que a mãe desempenha é invisibilizado e não considerado no espaço acadêmico. Assim, relata um enorme desconforto sobre estar no espaço acadêmico, pois escuta falas desagradáveis sobre ter crianças em sala de aula e, inclusive, que a instituição estaria virando uma creche, por ter crianças circulando no espaço. Luara aproveita o momento para descrever sua vergonha por ter de levar as crianças (LIDIA, 2020).

Quanto aos colegas, relata não ter tido apoio algum e inclusive se sentir desconfortável, principalmente quando precisava levar os três menores para a sala de aula, pensava que deveria ter ficado em casa. A aluna trancou o curso por um ano e, no retorno, sentiu que a turma na qual ela ingressou tinha mais mães e isso a deixou mais confortável, então teve ajuda e apoio diferenciado. Quanto às colegas que não são mães e que têm melhores condições financeiras, Luara diz que sente que elas conseguem se dedicar mais, aproveitar mais as oportunidades que são ofertadas no meio acadêmico e que isso, por vezes, a leva a se sentir inferior. Ela ressalta que esse sentimento de inferioridade não tem a ver com o melhor desempenho das colegas, mas, sim, com as oportunidades e avaliações que não estão acessíveis a quem não tem total disponibilidade para estudar (SOUZA, 2018).

A entrevistada diz que os profissionais e a instituição não estão preparados para receber essas alunas, pois acreditam que todos querem ser alunos de PIBIC, querem fazer mestrado e não acham que há pessoas pobres, que estão ali querendo conseguir um emprego



melhor, que lhes dê uma condição financeira melhor. Esses alunos sentem, assim, que os professores não conseguem enxergar a vulnerabilidade que o *campus* apresenta.

A entrevistada afirma que deveria haver um processo de conscientização com os envolvidos no processo de ensino a respeito de como é a realidade de uma mãe, sobretudo uma mãe negra e pobre, pois, para ela conseguir estudar, sua jornada fica ainda mais densa. Por outro lado, relata Luara, grupos compostos por mães na instituição em que estuda, por meio de encontros regulares de estudos e compartilhamento de vivências, trouxeram mais qualidade à sua permanência, além da possibilidade de articulação coletiva em prol de lutas por igualdade, não apenas no espaço acadêmico.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho partiu de um estudo de caso que, apesar das restrições inerentes a esse tipo de estudo, lança luz a um debate por muito tempo silenciado quando se trata de ensino superior: o acesso de mulheres mães, sobretudo negras, ao espaço da universidade. As trajetórias de mulheres mães negras impactam o campo da educação superior e explicitam as fissuras e ausências concernentes às políticas universitárias de apoio, cuidado e financiamento voltadas às estudantes mães.

Realizar esta pesquisa trouxe-nos a certeza de que é urgente que sejam adotadas políticas específicas para assistir melhor às mães que ingressam na academia, de modo a acolhê-las nesse espaço e minimizar as chances de evasão. As necessidades das mães representam demandas específicas, que precisam ser atendidas por programas que considerem, além das próprias mulheres, também seus filhos. Além, disso, é preciso refletir sobre como a racialização e a condição socioeconômica influem nos desafios enfrentados.

De modo geral, graduar-se é um processo bastante conturbado na vida das mulheres, independentemente dos desafios que já vivenciam. Então, entrar na academia e se deparar com obstáculos que tornam seu caminho ainda mais árduo, como é o caso das mães, as colocam em uma disparidade que possivelmente perdurará até o final do curso, caso a evasão não finde precocemente sua trajetória acadêmica. As discussões na área de interface entre maternidade e educação devem urgentemente ser aprofundadas e esperamos que este estudo contribua para isso, dando ensejo para pesquisas novas e mais abrangentes.



## REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. **O que é interseccionalidade?** Coordenação Djamila Ribeiro. Belo Horizonte: Letramento, Justificando, 2018.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**, 1985.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.
- CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2017.
- FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Tradução: Coletivo Sycorax, São Paulo: Elefante, 2019.
- GALVÃO, L. Mãe solteira não. Mãe solo! Considerações sobre a maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. **Revista Direito e Sexualidade**, v. 1, n. 1, 2020.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2007.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.
- HALASI, F. S. et al. **A mulher brasileira contemporânea e a maternidade da culpa**. Dissertação (Mestrado em Psicologia). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2018.
- HENRIQUES, C. S. Mulher, universitária, trabalhadora, negra e mãe: a luta das alunas mães trabalhadoras negras pelo direito à educação superior no Brasil. **Universidade e Sociedade**, v. XVII, p. 171-191, 2016.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.
- HOOKS, B. **Vivendo de amor**. In: Geledés, 2010, s/p. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/vivendo-de-amor/>. Acesso: 12/02/2021.
- LÍDIA, L. B. G. **Mulher, mãe e universitária: desafios e possibilidades de conciliar a maternidade à vida acadêmica**. Dissertação (Mestrado em Terapia Ocupacional). João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2020.
- LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**.



Petrópolis: Vozes, 2004.

MELO, H. P.; CONSIDERA, Cláudio Monteiro; SABBATO, Alberto Di. Os Afazeres Domésticos Contam!. **Economia e Sociedade**, v. 31, p. 168-185, 2007.

NUNES, C.; SILVA, L. M. N. Acesso e permanência na educação superior x exercício da maternagem: entre trajetórias, representações e exigibilidade de políticas estudantis. **Direito UnB**, n. 4, p. 41-79, 2020.

O'REILLY, A. **Motherhood Hall of Fame** – keynote speech, 2014. Disponível em [https://motherhoodfoundation.files.wordpress.com/2015/05/procreate\\_andrea\\_oreilly\\_july\\_1\\_2015.pdf](https://motherhoodfoundation.files.wordpress.com/2015/05/procreate_andrea_oreilly_july_1_2015.pdf). Acesso em 17 de março de 2021.

O'REILLY, A. **Matricentric feminism**: Theory, activism, and practice. Toronto: Demeter Press, 2016.

PEREIRA, L. C.; ANDRADE, L. F. A mulher e a maternidade: as mudanças subjetivas percebidas na mulher após a maternidade. **Revista Brasileira de Ciências da Vida**, v. 6, n. 1, 2018.

REIS, P. As narrativas na formação de professores e na investigação em educação. **Nuances: estudos sobre Educação**, p. 17 - 34, 2008.

RIBEIRO, D. Feminismo negro para um novo marco civilizatório. **Sur** 24, v. 13 n. 24, p. 99 - 104, 2016.

RICH, A. **Of woman born**: Motherhood as experience and institution. Nova Iorque/Londres: W W Norton & Company, 1995.

SANTOS, G. S. Eu, Nega Fya e a solidão da mulher preta. **Revell Revista de Estudos Literários da UEMS**, v. 1, n. 24, p. 351-374, 2020.

SAIÃO, Déborah Toméh. Pequenos homens, pequenas mulheres? Meninos, meninas? Algumas questões para pensar as relações entre gênero e infância. **Pro-Posições**, v. 14, n. 3, p. 67-87, 2003.

SANTOS, João Paulo Lopes; MOREIRA, Nubia Regina. Entre raça e gênero: significado das cotas raciais para universitárias negras. **Série-Estudos-Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, p. 77-100, 2019.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 137-150, 2001.

SOUZA, F. Pode a subalterna falar? Breve crítica à ciência “sem corpo” e a defesa de outras epistemologias para entendermos o mundo. **Revista Contraponto**, v. 6, n. 2, p. 85-92, 2019.

TARDIN, E. B.; BARBOSA, M. T.; LEAL, P. C. A. Mulher, trabalho e a conquista do espaço público: reflexões sobre a evolução feminina no Brasil. **Revista Transformar**, n. 7, p. 119-135, 2015.



VÁZQUEZ, G. Maternidade e Feminismo: notas sobre uma relação plural. **Revista Trilhas da História**, v. 3, n. 6, p. 167-181, 2014.

ZANELLO, V. **Saúde Mental, Gênero e Dispositivos**: Cultura e Processos de Subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.

## **BLACK WOMEN AND MATERNITY AT UNIVERSITY: A CASE STUDY**

### **ABSTRACT**

The present work focuses on contributing to the reflections on how motherhood crosses the woman's life, and how it implies the life of the student mother. Admission to higher education represents a milestone in the beginning of adult life, but how is this stage experienced by a woman, after the arrival of her children? Here, we present a mother's life trajectory, how her perceptions of motherhood were built in her childhood, how she experiences motherhood and what it is like to enter and remain in higher education. The general objective of this research is to understand how positions in relation to motherhood permeate the life trajectory of a black woman, mother and student and are reflected in her academic trajectory and personal experiences. The analysis of results was carried out in search of the meanings constructed by the participant along her trajectory and which emerged through the interviewee's narrative. Finally, it was possible to observe that public spaces were not designed for mothers and children, and that this results from a process that, for a long time, limited them to the domestic space.

**Keywords:** Gender. Motherhood. University.

## **MUJERES NEGRAS Y MATERNIDAD EN LA UNIVERSIDAD: ESTUDIO DE CASO**

### **RESUMEN**

El presente trabajo se centra en contribuir a reflexionar sobre cómo la maternidad atraviesa la vida de una mujer y cómo esto afecta la vida de la madre estudiante. El ingreso a la educación superior representa un hito en el inicio de la vida adulta, pero ¿cómo vive una mujer esta etapa, luego de la llegada de sus hijos? A continuación, presentamos la trayectoria de vida de una mujer negra y madre, enfocándonos en cómo se construyeron sus percepciones de la maternidad en su infancia, cómo vive la maternidad y cómo es ingresar y permanecer en la educación superior. El objetivo general de esta investigación es comprender cómo las posiciones en relación a la maternidad permean la trayectoria de vida de una mujer negra, madre y alumna y se reflejan en su trayectoria académica y vivencias personales. El análisis de los resultados se realizó en busca de los significados construidos por la participante a lo largo de su trayectoria y que emergieron a través de la narrativa de la entrevistada. Finalmente, se pudo observar que los espacios públicos no fueron diseñados para cuerpos negros, madres e hijos, y que esto es resultado de un proceso que por mucho tiempo los limitó al espacio doméstico.

**Palabras clave:** Género. Maternidad. Universidad.

---

Submetido em: junho de 2021.

Aprovado em: agosto de 2021

Publicado em: setembro de 2021.